

1. Argumentos ou autoridade

Precisamos encontrar argumentos, razões que possam explicar ou dar sentido a fatos, acontecimentos ou formas de pensamentos. Por isso, podemos dizer que o conhecimento é muito importante para nossa vida. Mas será que qualquer tipo de conhecimento é válido? Será que podemos aceitar todo e qualquer tipo de argumentação? O que é um bom argumento? Como podemos distinguir o conhecimento fundamento em argumentos válidos de um saber não válido? O que é um saber baseado na autoridade?

Uma boa argumentação é um recurso que tem como objetivo convencer alguém a respeito de um determinado posicionamento, podendo até haver alteração de comportamento. Assim, espera-se que o conhecimento possua um fundamento, uma explicação, pois a nossa razão exige uma resposta que não seja aleatória. Quando nos indagamos ou nos questionamos, estamos buscando um conhecimento que seja uma resposta. E certamente não aceitamos qualquer resposta. Por isso mesmo, se diz na filosofia que a argumentação baseia-se em causas, em provas. Daí surgiu um importante princípio chamado de princípio da causalidade que diz que todo efeito é precedido, quer dizer que é anterior, por uma causa. Estamos diante de uma figura de um bonito dia e sol e podemos nos perguntar: o que causa esse dia tão belo e tão diferente da escuridão da noite? Na verdade, o que estamos querendo saber é a causa, a razão de ser de tal fenômeno. E podemos responder com base na experiência e na capacidade que temos de formular conceitos que são os raios solares que iluminam e aquecem o nosso planeta. Assim, podemos dizer que uma boa argumentação é aquela que encontra as razões as causas. Mas será que um conhecimento pode ser válido simplesmente porque foi dito ou transmitido por uma pessoa que naquele momento seja ocupante de um determinado cargo ou função? Será que o status de uma pessoa pode ser critério de uma boa argumentação?

Aristóteles disse que a Terra é plana, apesar de ser um grande filósofo. Porém, uma boa argumentação não se submete a importância da pessoa ou ao cargo que eventualmente ela possa ocupar. Portanto, pense no seguinte: podemos realmente concluir que a Terra é plana simplesmente porque isso foi dito por Aristóteles?

2. Falácias

A falácia, ou paralogismo, é um tipo de raciocínio incorreto, apesar de ter a aparência de correção. É conhecida também como sofisma, apesar de sua característica de engano involuntário.

As falácias formais ocorrem quando as regras do raciocínio correto são contrariadas ou não se atende às regras da inferência válida. As falácias quanto à matéria (quanto ao conteúdo, e não quanto à forma) são as que constituem um argumento formalmente correto, mas cuja conclusão deriva de premissa falsa. **Exemplo 1** - Todos os homens são louros. Ora, eu sou homem. Logo, eu sou louro.

São diversos os tipos de falácias não formais: muitas decorrem da irrelevância das premissas, que não estabelecem a conclusão; outras são generalizações apressadas, que partem de falsas causas ou se baseiam em preconceitos; e assim por diante. Geralmente exercem a função psicológica de convencer, ao mobilizar emoções como entusiasmo, medo, hostilidade ou reverência. Vejamos algumas delas: O **argumento de autoridade** não é totalmente impertinente, desde que a autoridade seja um especialista naquele assunto, mas é irrelevante se, por exemplo, recorrermos à autoridade de um cientista para justificar posições religiosas ou de um jogador de futebol para avaliar política. Trata-se de recurso muito comum na propaganda, quando artistas famosos "vendem" desde sabonetes até ideias, como as propostas políticas de um candidato. O **argumento contra o homem** é um tipo de argumento de autoridade "às avessas", no sentido de ser pejorativo e ofensivo. Ocorre quando não aceitamos uma conclusão por estar baseada no testemunho de alguém que depreciamos. A **falácia de acidente ou de generalização apressada** é um tipo de falácia indutiva: diante de um erro médico, concluímos apressadamente que a medicina é inútil. Ocorre também quando uma regra geral é aplicada em circunstâncias particulares e "acidentais" em que seria inaplicável. A **falácia da conclusão irrelevante** consiste em se afastar da questão, desviando a discussão. Um advogado habilidoso, que não tem como negar o crime do réu, enfatiza que ele é bom filho, bom marido, trabalhador etc.; o deputado que defende o governo acusado de corrupção não se detém nos fatos devidamente comprovados, mas discute questões formais do relatório da comissão de inquérito ou enfatiza o pretense revanchismo dos deputados oposicionistas. As **falácias de petição de princípio, ou círculo vicioso**, supõem conhecido o que é objeto da questão. "Tal ação é injusta porque é condenável; e é condenável porque é injusta. Nas **falácias de ambiguidade** (também chamadas semânticas ou de equívoco), os conceitos ou enunciados não são suficientemente esclarecidos ou os termos são empregados com sentidos diferentes nas diversas etapas da argumentação. No exemplo seguinte o termo fim é usado em dois sentidos diferentes como se fosse o mesmo: "O fim de uma coisa é a sua perfeição; a morte é o fim da vida; logo a morte é a perfeição da vida". As **falácias de falsa causa** (ou post hoc) são muito comuns e representam as inúmeras inferências que fazemos no cotidiano ao tomarmos como causa o que não é a causa real. Por exemplo: "Não levei minha namorada em jogo do meu time porque da última vez que a levei, meu time perdeu: ela é pé frio!".

A lógica aristotélica persiste por mais de dois mil anos e até cerca de 150 anos atrás representava a organização definitiva do pensamento como se não houvesse outra lógica possível. No entanto, a prevalência atual da lógica simbólica não significa que a lógica aristotélica tenha sido abandonada. Ao contrário, continua como instrumento eficaz para a análise da validade dos argumentos e serve de base para as novas lógicas que a complementam e as outras que a ela se opõem.